Emmanuel TODO. *Depois do império: a decomposição do sistema americano*. Rio de Janeiro: Record, 2003. 237 páginas.

Josias de Paula Jr.

O objetivo de Emmanuel Todd é tomar explícito, de maneira convincente, o que para ele é uma tendência tangível do contexto político e económico internacional: a desestruturação e perda de força do sistema de poder norte-americano. Em sua argumentação, utiliza-se de dados sociológicos, demográficos, antropológicos e políticos, construindo um argumento que, se não deixa de ser polémico, tampouco é desinteressante. Na verdade, seu discurso é bastante envolvente e estimulante.

As investigações e análises acerca do futuro do sistema de poder internacional têm sido várias e diversas. Essas diferenças têm se formado em torno da ênfase atribuída a novos fenómenos políticos e sua relação com indicadores económicos: quais as consequências da intensa emergência dos países asiáticos? Como serão os desdobramentos da crise americana (recessão, déficit público recorde, etc.)? Qual será a configuração da União Europeia? A intenção do autor é tentar identificar os deslocamentos estruturais e os aspectos essenciais do rearranjo do atual cenário político internacional a fim de antecipar como se constituirá o conjunto das relações hegemónicas num futuro próximo. É neste âmbito de questões que se insere o trabalho de Todd.

O exercício da futurologia é sempre, no mínimo, arriscado. Embora a julgar pela sua recorrência histórica, profundamente humano. O livro de Todd vem à baila acompanhado, não sem certo estardalhaço, da luminosa informação: seu autor foi aquele que previu, já em 1976, a queda final da União Soviética. Informação que, sociologicamente falando, não se constitui em nada fundamental para apreciarmos o seu conteúdo; não obstante, agora mercadologicamente falando, devemos reconhecê-la como não desprezível! Devemos nos apressar em dizer que não somos contrários às tentativas de estabelecer cenários futuros. Essa é uma tarefa não só

legítima quanto saudável. Esforçar-se por desvendar o devir é sempre uma forma de compreender o presente. Apenas é necessário reparar alguns exageros da recepção da obra.

O texto de Todd tem os méritos e as vicissitudes de um ensaio. E se nos apresenta como uma interpretação ousada e criativa. O fim da hegemonia norte-americana não é uma constatação inédita realizada pelo autor. Outros pesquisadores já o fizeram, como Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. Não obstante a elaboração do argumento, os nexos empíricos e lógicos e a metodologia utilizada² serem distintos, podemos constatar a similitude de diagnóstico. Wallerstein, por exemplo, afirma que o declínio americano pode ser rastreado desde pelo menos o fim da Guerra do Vietnã, embora se procure sistematicamente ignorá-lo. Esse longo processo de queda o faz concluir que “a verdadeira questão não é se a hegemonia americana está a cair, mas se os EUA podem encontrar uma maneira de declinar graciosamente, com danos mínimos para o mundo e para si próprios” (WALLERSTEIN, 2002, p. 12).

Os principais tópicos do argumento de Todd podem ser resumidos assim: os EUA deixaram de ser um país auto-suficiente e produtor, do ponto de vista econômico, para serem dependentes e consumidores; como tal acumularam uma dívida de tamanha magnitude, que impõe a necessidade de atrair diariamente US\$ 1,5 bilhão, sob pena de não lograrem cobrir seu déficit em transações correntes; a consequência é uma dramática dependência em relação aos credores (sobretudo a China, o Japão e a Europa). A estas fraquezas soma-se a falta de um real poderio militar para sustentar pretensões imperiais, o enfraquecimento do domínio ideológico e uma gestão estratégica desastrosa.

Do ponto de vista demográfico o mundo segue uma tendência comprovável, cujo alcance leva a duas conquistas: a estabilização da taxa de natalidade e a redução - na direção da eliminação - do analfabetismo. A

¹ Ver: WALLERSTEIN, Immanuel. 2002. O declínio do império americano. Disponível em: <<http://www.resistir.inro>>. ARRIGHI, Giovanni: 2001. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ.

² Enquanto Wallerstein e Arrighi pautam suas análises num referencial francamente estruturalista (o nome Braudel é sem dúvida referência marcante em ambas as contribuições), o livro de Todd caracteriza-se por um ecletismo metodológico compatível com sua estratégia ensaística.

essas duas conquistas junta-se outra: a expansão da democracia. Na visão de Todd, o planeta se encaminha de forma progressista para o equilíbrio.

No exato momento em que sua utilidade política e militar deixa de ser evidente, ela [a América] se dá conta de que não pode mais viver sem os bens produzidos pelo planeta. Mas o mundo é por demais vasto, povoado, diversificado e permeado de forças incontroláveis. Nenhuma estratégia, por mais inteligente que seja, permitirá à América transformar sua situação semi-imperial em império de fato e de direito. Ela é por demais fraca, econômica, militar e ideologicamente. Por isto é que cada movimento destinado a reforçar seu controle sobre o mundo gera retroações negativas que enfraquecem um pouco mais sua posição estratégica. (TODO, 2003, p. 225).

A presente atitude da América - sua agressividade, seu belicismo, seus arroubos imperiais -, portanto, não deve ser explicada ou compreendida pela suposição de uma tal discrepância de força e de poderio entre ela e seus rivais, cuja consequência seria fornecer-lhe a motivação para suas ações destemidas e unilaterais. É contra essa premissa largamente aceita - tanto pelo senso comum como por análises acadêmicas - que se insurge a reflexão de Todd. De maneira invertida, afirma o autor: *é a fraqueza dos EUA que explica sua atual política externa.*

A globalização, convencionalmente, foi pensada como fim dos Estados nacionais e constituição de um campo econômico, cultural e político total. Entendendo, todavia, essa globalização como propiciando uma reorganização do mundo em nível regional, portanto tendo o fator de contigüidade relevância significativa no incremento das trocas econômicas; e, por outro lado, analisando dados das relações comerciais dos EUA com o resto do mundo, Todd é levado a concluir que, estrategicamente falando, a maior potência caminha para uma posição crescente de isolamento. O novo centro de convergência global será a Eurásia, confluência das economias da União Européia e Rússia, cuja perspectiva é o estreitamento de laços com a China, os "tigres asiáticos" e o Japão. Geograficamente distante, os Estados Unidos prognosticam inquietos esse processo, sem possuírem contanto meios eficazes de o deter:

A realidade estatística é a intensificação prioritária do comércio entre países próximos e a formação de regiões econômicas integradas de escala mundial [...] Do ponto de vista estratégico, podemos contemplar o mundo de duas maneiras: uma delas, militar, sugere que os Estados Unidos existem no Velho Mundo: a outra, econômica, evidencia o caráter cada vez mais marginal de sua presença, não só na Europa como no conjunto da Eurásia. (TODD. 2003. p. 213-214).

A única possibilidade de deter esse processo seria evitar a aliança, ou a aproximação entre a Europa e a Rússia. Acontece que: primeiro, essa aproximação é vantajosa para ambos os atores, pois a partir do agregamento da força econômica européia com a capacidade nuclear russa constitui-se um bloco vigoroso de contrapeso aos americanos; segundo, a linha de ação unilateral adotada pelo governo de Georg W. Bush facilitou e praticamente forçou a aceleração dessa aliança. E, agora, já é tarde para restaurar os escombros do estrago político.

Há ainda um outro fator importante na crise da hegemonia americana levantado pelo autor: o que ele chama de recuo do universalismo. Todd entende o universalismo como um componente essencial de qualquer projeto imperial. Ele se define como a capacidade de tratar homens e povos igualmente. Em outras palavras, proporciona o alargamento do espaço de referência identitária, pois concede aos dominados a possibilidade de se "redefinirem como dominantes". Ora, a análise da formação americana permite perceber a ambigüidade dos EUA no tocante ao eixo diferencialismo/universalismo. Se o viés universalista estava presente desde suas origens – sabemos se tratar de um país formado por imigrantes dos mais diversos pontos da Europa -, também o diferencialismo se inscreve como pilar de sua consolidação. Afinal, a história americana é atravessada pela referência a outros inassimiláveis - índios, negros etc - , os quais deveriam ser exterminados, ou segregados. A trajetória dos EUA é também um jogo na balança entre similitude/diferença.

E foi no período da guerra fria que, de forma mais acentuada, a balança pendeu para o lado do universalismo. Por quê? Todd assevera que o fator condicionante era a concorrência com a ideologia comunista. Num

mundo cindido, instado a optar por dois caminhos, os EUA não poderiam, por exemplo, dar-se ao luxo de refletir a imagem de uma nação que tratava parte de seus cidadãos como sub-raça, ou sub-homens. no caso dos negros. Então, no plano interno, reforçaram-se os direitos civis, derrubando leis racistas; no externo, apoiou-se a independência dos países neocolonizados. Porém, com o desmoronamento do comunismo, estaria havendo um processo de re-equilíbrio e o universalismo estaria recuando. Verificar-se-ia esse fenômeno mediante a constatação da acomodação e até retração da questão negra, internamente; assim como pela série de posicionamentos unilaterais tomados externamente.

O período da maximização do universalismo americano é aquele considerado por Todd como o da "hegemonia benfazeja". E foi aquilo que permitiu "o que existe de êxito imperial no destino dos Estados Unidos", Quando suas ações se dirigiam para a defesa da liberdade política e econômica, e da democracia, galgando desta forma o esteio da legitimidade. É claro que podemos objetar que países como o Chile, a Guatemala e El Salvador, apenas para se restringir à América Latina, possuem motivos para ter o direito, e quem sabe a obrigação, de resguardar uma ótica diversa quanto a esta análise.' Não custa lembrar que o direito à autodeterminação, propalado pelo menos desde a década de 1920, quando o então presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, entregou aos alemães derrotados na Primeira Guerra Mundial os 'Quatorze Pontos', nem sempre foi respeitado pelos seus próprios arautos.

Por fim, cabe mais uma vez ressaltar que o livro se mostra como uma leitura instigante para todos aqueles que se interessam sobre os desdobramentos da conjuntura internacional, a qual parece atravessar mais uma encruzilhada decisiva, onde alguns dos caminhos possíveis podem nos levar a estâncias mais acolhedoras, e outros podem nos arrastar a desertos de insanidade e opressão. O livro de Emmanuel Todd nos traça um panorama ctimista.

³ Sobre esse ponto ver, entre outros: SCOWEN, Peter. *O livro negro dos Estudos Unidos*. Rio de Janeiro: Record, 2003.